

PROBLEMAS ENVOLVENDO A ILEGIBILIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS PARA OS FARMACÊUTICOS

PROBLEMS INVOLVING THE ILLEGIBILITY OF MEDICAL PRESCRIPTIONS FOR PHARMACISTS

Guilherme Dózio de Oliveira Júnior¹
Luciana Ferreira Mattos Colli²

RESUMO: **Introdução:** A ilegibilidade das receitas médicas é um problema sério na atenção à saúde, com consequências diretas para a segurança do paciente e a qualidade do atendimento. Num contexto em que a crescente demanda por medicamentos se alia à complexidade dos tratamentos, a clareza das prescrições é fundamental para assegurar a eficácia do tratamento e prevenir erros na administração de fármacos. **Objetivos:** Este trabalho buscou investigar as questões geradas pela ilegibilidade das prescrições médicas na perspectiva da assistência farmacêutica, levantando os principais fatores causadores, avaliando os riscos da má interpretação, descrevendo a atuação do farmacêutico em relação a essa questão, analisando os reflexos na segurança do paciente e sugerindo formas de minimizar esses problemas. **Metodologia:** É uma investigação qualitativa, descritiva e exploratória, realizada por meio de uma revisão bibliográfica. A busca por dados foi feita nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e PubMed, incluindo publicações de 2022 a 2026, nos idiomas português e inglês. Estudos que estavam disponíveis na íntegra e que tinham uma relação direta com o tema foram incluídos, enquanto os que não atendiam aos critérios foram excluídos. Os dados foram analisados de maneira descritiva e interpretativa. **Resultados:** Os resultados mostraram que a má legibilidade das prescrições está relacionada, em grande parte, à escrita manual imprópria, à carga de trabalho excessiva e à falta de padronização. Constatou-se que essa questão pode resultar em erros de medicação, eventos adversos, atrasos no atendimento e elevação dos custos de saúde. O farmacêutico teve um papel crucial ao detectar inconsistências, orientar os pacientes e fomentar o uso responsável de medicamentos. **Conclusão:** Portanto, a ilegibilidade das prescrições médicas é um fator que compromete a segurança do paciente e é preciso investir em medidas como a prescrição eletrônica, a padronização das receitas, o treinamento dos profissionais de saúde e um papel mais ativo do farmacêutico. São essas medidas que vão garantir mais segurança, eficiência e qualidade na assistência à saúde.

Palavras-chave: Prescrição médica. Assistência farmacêutica. Segurança do paciente. Erros de medicação. Uso racional de medicamentos.

¹ Universidade Iguazu (UNIG).

² Orientadora - Universidade Iguazu (UNIG).

ABSTRACT: Introduction: The illegibility of medical prescriptions is a serious issue in healthcare, with direct consequences for patient safety and the quality of care. In a context where the increasing demand for medications is combined with the complexity of treatments, the clarity of prescriptions is essential to ensure therapeutic effectiveness and prevent medication errors. **Objectives:** This study aimed to investigate the issues arising from the illegibility of medical prescriptions from the perspective of pharmaceutical care, identifying the main contributing factors, evaluating the risks associated with misinterpretation, describing the pharmacist's role in addressing this issue, analyzing the impacts on patient safety, and proposing strategies to minimize these problems. **Methodology:** This is a qualitative, descriptive, and exploratory study conducted through a bibliographic review. Data collection was performed using the Virtual Health Library (VHL), SciELO, and PubMed databases, including publications from 2022 to 2026 in Portuguese and English. Studies available in full text and directly related to the topic were included, while those not meeting the criteria were excluded. Data were analyzed using descriptive and interpretative approaches. **Results:** The findings indicated that poor prescription legibility is largely associated with improper handwriting, excessive workload, and lack of standardization. It was observed that this issue may lead to medication errors, adverse events, delays in care, and increased healthcare costs. The pharmacist plays a crucial role in identifying inconsistencies, guiding patients, and promoting the rational use of medications. **Conclusion:** Therefore, the illegibility of medical prescriptions compromises patient safety, making it necessary to invest in measures such as electronic prescribing, standardization of prescriptions, training of healthcare professionals, and a more active role of the pharmacist. These actions are essential to ensure greater safety, efficiency, and quality in healthcare delivery.

Keywords: Medical prescription. Pharmaceutical care. Patient safety. Medication errors. Rational use of medicines.

INTRODUÇÃO

A prescrição médica é uma das mais importantes ferramentas de comunicação entre os membros da equipe de saúde, o que é vital para a segurança e a eficácia da terapia medicamentosa. Contudo, a falta de legibilidade das prescrições ainda é um problema relevante no âmbito da assistência farmacêutica, o que pode prejudicar a correta interpretação das informações e elevar o risco de erros na dispensação de medicamentos. Essa realidade interfere diretamente na qualidade do cuidado em saúde, especialmente em sistemas públicos como o Sistema Único de Saúde (SUS), que lidam com uma alta demanda de atendimentos e uma intensa movimentação de prescrições todos os dias (OLIVEIRA *et al.*, 2025).

Do ponto de vista demográfico, o Brasil tem mais de 203 milhões de habitantes, com uma grande diversidade regional e um envelhecimento populacional cada vez maior, o que resulta em um consumo maior de medicamentos e em prescrições mais complexas. O envelhecimento da população e a alta prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, aumentam a demanda por vários medicamentos por paciente, tornando

ainda mais crucial que as prescrições médicas sejam claras e que o farmacêutico desempenhe seu papel na interpretação dessas prescrições (NUNES *et al.*, 2026; OLIVEIRA *et al.*, 2025).

Ademais, pesquisas epidemiológicas revelam um aumento alarmante nas intoxicações por medicamentos devido ao seu uso impróprio, muitas vezes associado a erros de prescrição e à falta de entendimento nas orientações terapêuticas. Entre 2020 e 2024, as notificações de intoxicações por medicamentos e produtos correlatos aumentaram, o que mostra que é preciso aprimorar a prescrição, a dispensação e o monitoramento farmacoterapêutico (SILVA *et al.*, 2026). Isso torna ainda mais necessário investir em estratégias que minimizem erros, como a adoção de tecnologias digitais e sistemas de prescrição eletrônica (BITTENCOURT, 2025).

Além disso, a atuação do farmacêutico tem crescido no Brasil, sendo essencial para promover o uso racional de medicamentos, detectar problemas relacionados à farmacoterapia e prevenir eventos adversos. A prescrição farmacêutica, que está sendo regulamentada e se expandindo, também promove uma reestruturação no cuidado em saúde, aumentando o acesso e a eficácia dos serviços (BRITO *et al.*, 2025; DOMINGOS, 2025).

É crucial, então, que se analise o quanto a ilegibilidade das prescrições médicas afeta o dia a dia dos farmacêuticos, não apenas em relação aos riscos clínicos, mas também considerando os aspectos demográficos, epidemiológicos e organizacionais que permeiam essa questão. Dessa maneira, o presente trabalho visa entender a dimensão do problema e ressaltar a necessidade de estratégias que garantam uma maior segurança na prescrição e dispensação de medicamentos.

JUSTIFICATIVA

A ilegibilidade das receitas médicas é um problema frequente nos serviços de saúde, o que pode impactar tanto a segurança do paciente quanto a qualidade da assistência farmacêutica. Em um contexto em que a crescente demanda por serviços de saúde, impulsionada pelo aumento da população e pelo envelhecimento da população brasileira, resulta em uma utilização cada vez maior de diversos medicamentos, complexificando as prescrições e ampliando o potencial de erros na sua interpretação.

Esta pesquisa é relevante porque é fundamental entender como a ilegibilidade das prescrições afeta o dia a dia dos farmacêuticos, que são os profissionais encarregados da análise, interpretação e dispensação de medicamentos. A legibilidade das prescrições é crucial para evitar erros na dispensação, atrasos no atendimento, retrabalhos e, em casos mais sérios, reações

adversas e intoxicações que possam colocar a segurança do paciente em risco e sobrecarregar os serviços de saúde (SILVA *et al.*, 2026; OLIVEIRA *et al.*, 2025).

Além do mais, o cenário atual reforça a necessidade de se implementar estratégias que tornem o uso de medicamentos mais seguro, como a prescrição eletrônica e a utilização de tecnologias da informação na área da saúde. Essas ferramentas têm se revelado úteis para minimizar erros decorrentes da anotação manual e aprimorar a comunicação entre os profissionais de saúde, o que resulta em um cuidado mais seguro e eficiente (BITTENCOURT, 2025).

Outro aspecto importante é a ampliação do papel do farmacêutico na saúde, especialmente em relação ao uso racional de medicamentos e à atuação clínica. Assim, é essencial entender os obstáculos que esses profissionais enfrentam em relação a prescrições ilegíveis, a fim de fundamentar a criação de políticas públicas, protocolos institucionais e práticas profissionais que sejam mais seguras e eficazes (BRITO *et al.*, 2025; DOMINGOS, 2025). Além disso, os resultados poderão servir de base para a sugestão de ações que minimizem os erros, tornem a dispensação mais eficiente e reforcem o papel do farmacêutico, garantindo uma assistência à saúde mais segura e de maior qualidade.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar as questões da ilegibilidade das prescrições médicas sob a ótica da assistência farmacêutica, enfatizando as consequências para a segurança do paciente, a qualidade do atendimento e o processo de dispensação de medicamentos.

Objetivos específicos

Identificar os principais aspectos que levam à ilegibilidade das prescrições médicas nos serviços de saúde.

Avaliar os riscos da má interpretação das prescrições ilegíveis, em especial erros de dispensação e eventos adversos.

Descrever uma descrição sobre a atuação do farmacêutico diante dos desafios que a falta de clareza nas prescrições impõe ao seu trabalho.

Analisar como a ilegibilidade das prescrições pode impactar a segurança do paciente e a qualidade do cuidado em saúde.

Propor estratégias e soluções, incluindo o uso de tecnologias e da prescrição eletrônica, para reduzir os problemas causados pela ilegibilidade das receitas médicas.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, realizada por meio de uma revisão bibliográfica. Com isso, é possível realizar uma análise crítica das produções científicas que já existem sobre a ilegibilidade das prescrições médicas e entender como isso afeta a assistência farmacêutica e a segurança do paciente.

A busca por dados foi feita em fontes científicas da área da saúde, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e PubMed, por meio de artigos, dissertações e documentos institucionais publicados entre 2022 e 2026, em português e inglês. Como critérios de inclusão, foram aceitos estudos que estavam disponíveis na íntegra e que eram diretamente relacionados ao tema, enquanto materiais duplicados ou que não eram úteis para os objetivos da pesquisa foram excluídos.

A interpretação e a descrição dos dados foram feitas à medida que se lia títulos, resumos e textos completos, o que possibilitou a organização das informações pertinentes. Os achados foram organizados para reconhecer os principais fatores relacionados à ilegibilidade das prescrições médicas, suas consequências e as medidas sugeridas na literatura para reduzir esse problema, apoiando a formação das discussões do estudo.

DESENVOLVIMENTO

Fatores que levam à ilegibilidade das prescrições médicas

A má legibilidade das prescrições médicas é um problema comum nos serviços de saúde, resultante de uma série de fatores estruturais e comportamentais. Entre os fatores mais relevantes estão a má caligrafia, a pressa no atendimento e a sobrecarga de trabalho dos profissionais médicos. Esses pontos tornam as informações menos claras, o que dificulta uma interpretação precisa por parte do farmacêutico e eleva as chances de erros na dispensação (OLIVEIRA *et al.*, 2025).

Além disso, a falta de uniformidade nas prescrições médicas agrava bastante a situação. A inconsistência na maneira de escrever nomes de medicamentos, dosagens e modos de uso cria incertezas que podem resultar em interpretações equivocadas. Frequentemente, abreviações não padronizadas e grafias ilegíveis tornam a prescrição um documento de difícil leitura (BITTENCOURT, 2025).

Outro aspecto importante é a subutilização das tecnologias digitais nos serviços de saúde. Ainda que a prescrição eletrônica esteja presente em alguns locais, sua adoção é restrita,

especialmente em unidades públicas que carecem de infraestrutura tecnológica. Isso garante que a escrita manual continue sendo uma necessidade, o que reforça o problema da ilegibilidade (BRITO *et al.*, 2025).

A educação profissional pode desempenhar um papel nesse contexto. A escassa ênfase na comunicação escrita clara como um aspecto crucial durante a formação em medicina perpetua práticas indevidas. Assim, faz-se necessário destacar o quanto a prescrição é um instrumento comunicacional indispensável na prática do cuidado em saúde (DOMINGOS, 2025).

Além disso, a sobrecarga organizacional e o tempo escasso para cada atendimento influenciam negativamente a qualidade da escrita médica. Em locais onde o movimento de pacientes é intenso, o médico geralmente prioriza a rapidez em vez da clareza, o que coloca em risco a segurança do tratamento (SILVA *et al.*, 2026).

Por último, é importante ressaltar que a ilegibilidade não é um problema que afete apenas o indivíduo, mas é também sistêmico, resultante de uma má organização dos serviços de saúde e da falta de integração entre os profissionais. Logo, conhecer esses fatores é fundamental para que sejam elaboradas estratégias de melhoria na assistência farmacêutica.

Quadro 1 – Principais fatores associados à ilegibilidade das prescrições médicas

Fatores Individuais	Fatores Organizacionais	Fatores Tecnológicos
Escrita manual inadequada	Alta demanda de pacientes	Baixa informatização
Uso de abreviações	Tempo reduzido de consulta	Ausência de prescrição eletrônica
Falta de padronização	Sobrecarga de trabalho	Sistemas não integrados

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Riscos da má interpretação das prescrições ilegíveis

Uma má leitura de receitas ilegíveis pode colocar a segurança do paciente em sério risco. Um dos maiores problemas é o erro na administração de medicamentos, que pode ocorrer quando o nome do medicamento ou a dosagem prescrita são lidas incorretamente. Esses enganos podem ter repercussões sérias, como intoxicações e perdas de eficácia no tratamento (SILVA *et al.*, 2026).

Além disso, uma ilegibilidade pode resultar na administração errada de medicamentos, o que compromete a eficácia do tratamento. Quando o paciente utiliza um medicamento que

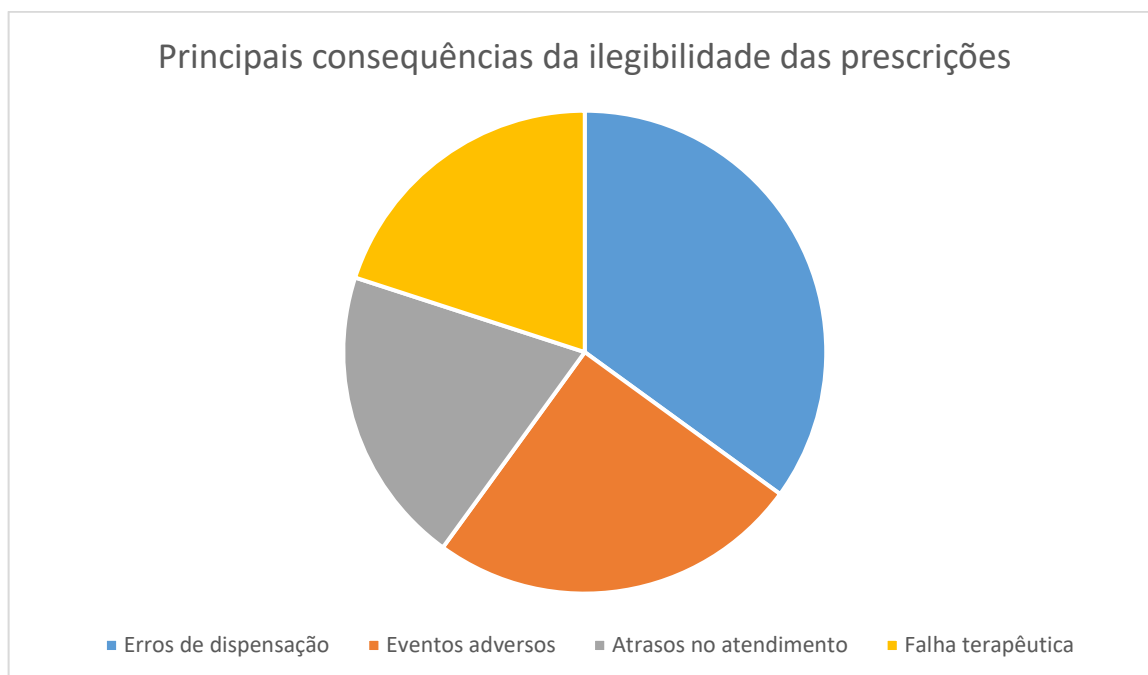
não foi prescrito ou em uma dosagem errada, isso eleva o risco de piora do quadro clínico e de novos eventos adversos (OLIVEIRA et al., 2025).

Outro risco importante é a demora no atendimento. Quando o farmacêutico não entende a prescrição, é fundamental que ele se comunique com o médico para obter esclarecimentos, o que pode aumentar o tempo de espera do paciente e afetar a continuidade do cuidado (BRITO et al., 2025).

A ocorrência de eventos adversos relacionados a medicamentos também se liga diretamente à ilegibilidade. Conforme indicam os estudos, os erros de medicação estão entre as principais causas de incidentes em saúde, e muitos deles poderiam ser evitados com uma comunicação mais eficaz entre os profissionais (DOMINGOS, 2025).

Além disso, a insegurança provocada pela interpretação ambígua pode fazer com que o farmacêutico tome decisões baseadas em suposições, o que eleva ainda mais o risco de erros. Isso mostra como o sistema é frágil e como precisamos de formas de prescrição mais seguras (BITTENCOURT, 2025). A má leitura das prescrições ilegíveis, portanto, é um ponto crítico que impacta diretamente a qualidade do atendimento e a segurança do paciente, o que requer ações urgentes dentro do sistema de saúde

Gráfico 1 – Principais consequências da ilegibilidade das prescrições



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SILVA et al. (2026).

Atuação do farmacêutico diante das prescrições ilegíveis

Quando uma receita médica é difícil de ler, o farmacêutico é quem mais se dedica à análise e interpretação dessas informações. O papel do farmacêutico não se limita à mera entrega de medicamentos, mas sim à análise criteriosa das informações prescritas, visando a segurança do paciente e a eficácia da terapia. É nesse sentido que a ilegibilidade se torna um constante desafio, demandando do profissional um cuidado adicional e um conhecimento técnico para evitar que falhas comprometam a terapêutica (BRITO *et al.*, 2025).

Em caso de prescrições ilegíveis, uma das primeiras atitudes do farmacêutico deve ser consultar o médico responsável pela prescrição. Esse contato entre profissionais de diferentes áreas é essencial para que o medicamento certo seja dispensado, na dosagem correta e na via adequada. Contudo, essa atitude pode levar a atrasos no atendimento e sobrecarga de trabalho para os profissionais, além de evidenciar falhas na comunicação entre os serviços de saúde (OLIVEIRA *et al.*, 2025).

Além disso, o farmacêutico fornece diretamente ao paciente as informações que traduzem a linguagem da prescrição. Esta etapa é fundamental para garantir que os medicamentos sejam usados corretamente, evitando erros na administração e favorecendo a adesão ao tratamento. Quando a prescrição é ilegível, essa função ganha ainda mais importância, pois eleva a responsabilidade do farmacêutico na mediação do cuidado (DOMINGOS, 2025).

Outro ponto importante na intervenção farmacêutica é a detecção de problemas relacionados à farmacoterapia, como interações medicamentosas, terapias duplicadas e dosagens inadequadas. O exame cuidadoso da queixa permite que o farmacêutico atue preventivamente, evitando reações adversas e aumentando a segurança do paciente. Isso fortalece a função clínica do farmacêutico dentro da equipe multiprofissional (LIMA *et al.*, 2021).

A crescente expansão da farmácia clínica no Brasil tem possibilitado ao farmacêutico uma atuação mais significativa na assistência à saúde, permitindo um papel mais ativo no monitoramento das terapias dos pacientes. Nesse sentido, a ilegibilidade das prescrições aparece como um empecilho à efetividade desse cuidado, exigindo ações que tornem a comunicação entre os profissionais mais clara (LAISMANN, 2024).

Dessa forma, a intervenção do farmacêutico diante de prescrições ilegíveis é essencial para evitar erros e garantir o uso racional dos medicamentos. Seu trabalho especializado é de

grande importância para a elevação da qualidade da assistência em saúde, o que reforça a necessidade de dar mais valor a esse profissional no sistema de saúde.

Impactos na segurança do paciente e qualidade do cuidado

A falta de clareza nas prescrições médicas é um fator significativo de risco à segurança do paciente, pois prejudica a correta compreensão das informações cruciais para o tratamento. Um simples engano na leitura da receita pode gerar a dispensação de medicamentos errados, em doses impróprias ou com a posologia incorreta, elevando consideravelmente o risco de reações adversas e complicações clínicas (SILVA *et al.*, 2026).

Para além dos riscos imediatos ao paciente, a qualidade do cuidado em saúde também é prejudicada. A falta de clareza na comunicação, especialmente na prescrição médica, que é um importante elo de comunicação entre os profissionais de saúde, compromete a continuidade do cuidado e pode gerar falhas no processo assistencial, afetando a efetividade das intervenções terapêuticas (OLIVEIRA *et al.*, 2025).

Outro efeito significativo diz respeito ao aumento dos custos do sistema de saúde. Erros provocados pela má interpretação das prescrições podem resultar em retratamentos, internações e uso extra de recursos, o que sobrecarrega o sistema público e privado. Isso tudo reforça a necessidade de ações preventivas que melhorem a qualidade das prescrições (BITTENCOURT, 2025).

A falta de clareza também prejudica a confiança do paciente nos serviços de saúde. Momentos de erro ou atraso no atendimento criam um clima de insegurança, insatisfação e podem prejudicar a relação entre o paciente e a equipe de saúde. A percepção de que o cuidado não foi eficaz pode comprometer a adesão ao tratamento e a procura de ajuda no futuro (DOMINGOS, 2025).

Além disso, os trabalhadores da saúde enfrentam retrabalho, carga cognitiva elevada e pressão para não cometer erros, o que os torna diretamente afetados por essa questão. Esse cenário pode levar ao burnout e aumentar o risco de erros humanos, o que, por sua vez, só tende a piorar o problema (BRITO *et al.*, 2025). Dessa maneira, a falta de clareza nas prescrições médicas é um entrave que compromete não apenas o paciente, mas todo o sistema de cuidados em saúde. Legibilidade aprimorada significa mais segurança, eficiência e qualidade no atendimento.

Estratégias e soluções para reduzir a ilegitibilidade

A implementação da prescrição eletrônica é uma das principais ferramentas para combater os problemas causados pela ilegitibilidade das prescrições médicas. Esse recurso tecnológico evita a escrita manual, proporcionando mais clareza, uniformidade e segurança na transmissão das informações terapêuticas, além de tornar mais fácil o armazenamento e o acesso às informações do paciente (BITTENCOURT, 2025).

A padronização das prescrições médicas por meio de protocolos institucionais é outra estratégia significativa. O uso de modelos pré-definidos, com campos estabelecidos e linguagem padronizada, ajuda a minimizar ambiguidades e a facilitar a compreensão das informações pelos profissionais que atuam no cuidado (OLIVEIRA *et al.*, 2025).

A formação contínua dos profissionais de saúde também é essencial para mitigar esse problema. Programas de educação contínua podem sensibilizar médicos e outros profissionais para a legibilidade das prescrições e seus efeitos na segurança do paciente, levando a mudanças nas práticas de cuidado (DOMINGOS, 2025).

Outra medida importante é o fortalecimento da atuação do farmacêutico. Atuando de forma proativa na revisão das prescrições e na equipe multiprofissional, esse profissional é capaz de detectar precocemente falhas e promover a adoção de práticas mais seguras no processo de dispensação de medicamentos (BRITO *et al.*, 2025).

O emprego de tecnologias emergentes, como sistemas que utilizam inteligência artificial, tem se revelado promissor na identificação de incongruências em prescrições médicas. Esses sistemas têm o potencial de validar as informações, diminuindo erros e tornando o fluxo assistencial mais eficiente (BITTENCOURT, 2025).

Dessa forma, a inovação tecnológica aliada à padronização de processos, treinamento profissional e valorização do farmacêutico formam um leque de estratégias que combatem a ilegitibilidade das prescrições médicas, garantindo uma assistência à saúde mais segura e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação demonstrou que a falta de legibilidade nas receitas médicas constitui um grande desafio para a assistência farmacêutica, afetando de forma direta a segurança do paciente e a qualidade do cuidado em saúde. Verificou-se que a má escrita manual, aliada à sobrecarga de trabalho e à falta de padronização, gera dificuldade na legibilidade das prescrições,

prejudicando a comunicação entre os profissionais de saúde e aumentando o risco de falhas no processo terapêutico.

Além disso, constatou-se que a má interpretação de prescrições ilegíveis pode levar a erros de dispensação, eventos adversos e até mesmo atrasos no atendimento, o que demonstra quão sério é esse problema no âmbito dos serviços de saúde. Nesse contexto, é fundamental o trabalho do farmacêutico, que tem um papel decisivo na análise crítica das prescrições, na orientação ao paciente e na promoção do uso racional de medicamentos, o que ajuda a prevenir erros e a elevar a qualidade da assistência.

Em suma, é evidente que adotar medidas como a prescrição eletrônica, a padronização das receitas, a formação adequada dos profissionais e o uso de novas tecnologias são essenciais para reduzir os problemas decorrentes da ilegibilidade. Por conseguinte, é indispensável o fortalecimento de práticas seguras e integradas dentro do sistema de saúde, para que se possa assegurar maior eficiência, qualidade no atendimento e a proteção do paciente.

REFERÊNCIAS

BRITO, A. L. C.; MARTINS, T. K. F.; SARMENTO, S. O.; SILVA, L. O. da; SOUZA JUNIOR, F. J. C. de. **A prescrição farmacêutica no Brasil: avanços, limitações e disputas profissionais sob a ótica da regulamentação.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 12, p. 3451-3467, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.viii12.23149>. Acesso em: 20 mar. 2026.

DOMINGOS, L. M. de A. **Cuidado farmacêutico frente ao uso indiscriminado de antimicrobianos: desafios e perspectivas sob o prisma da saúde única.** *Repositório Institucional do UNIFIP*, v. 10, n. 1, 2025. Disponível em: <https://editora.unifip.edu.br/repositoriounifip/article/view/6497>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BITTENCOURT, F. M. de. **Avaliação da eficácia de um sistema de IA na redução de erros das prescrições medicamentosas.** 2025. Dissertação (Mestrado em Computação Aplicada) – Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada, Passo Fundo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.upf.br/handle/123456789/9624>. Acesso em: 20 mar. 2026.

GUIMARÃES, P. H. D.; PACHECO, R. P.; MORAIS, Y. de J. **Pharmaceutical care and the use of over-the-counter medications (MIPs).** *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12, e20405, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20405>. Acesso em: 29 abr. 2026.

OLIVEIRA, K. C.; RODRIGUES, A. D.; COELHO, V. A. T. **Uso irracional de analgésicos e anti-inflamatórios: impactos clínicos e papel do farmacêutico na prevenção de reações adversas.** *Revista Multidisciplinar Integrada - REMI*, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61164/hdr42w47>. Acesso em: 03 maio 2026.

LAISMANN, N. A. **Análise do manejo de problemas de saúde autolimitados do trato gastrointestinal por profissionais farmacêuticos.** 2024. Dissertação (Mestrado em Assistência Farmacêutica) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264626>. Acesso em: 03 maio 2026.

LIMA, A. E.; MOURA, L. C. de; GOMIDES, Y. J. B.; PAES, J. F.; LIMA, R. Q. de. **Role of the pharmacist in fighting the indiscriminate use of benzodiazepines: a literature review.** *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, e22886, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22886>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22886>. Acesso em: 03 maio 2026.

NUNES, I. M.; ANDRADE, A. J. M. de; MELO, M. I. S. V. de; FARIAS NETO, I. V.; SANDRIN, V. C.; SANTOS, I. E. de L.; ABREU, G. C. de; CARVALHO, F. M. de A. de. **A eficácia da denervação renal na hipertensão arterial sistêmica: uma revisão de literatura.** *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 9, n. 20, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.55892/jrg.v9i20.2953>. Acesso em: 15 mar. 2026.

NEGRI FILHO, A.; GASPAR, F. **Os Direitos Humanos na ONU e o Conselho de Direitos Humanos: desigualdade em 2026 e a função dos sistemas de saúde e seguridade social como um meio em produzir e redistribuir riqueza.** *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 1, p. 46-54, 2026. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/102>. Acesso em: 23 mar. 2026.

OLIVEIRA, A. L. F.; AZEVEDO, J. S.; GUIMARÃES, L. L.; SANTOS, V. G. **Estratégias farmacêuticas para minimizar ocorrência de erros na prescrição e dispensação de medicamentos.** *Unisanta Health Science*, v. 9, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14615728>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Ó, M. V. L. do; SIQUEIRA, L. da P. **The importance of pharmaceutical assistance in drug-related problems: an integrative review.** *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, e167101522662, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22662>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/22662>. Acesso em: 03 maio 2026.

SILVA, G. A. de O. R. da; QUEIROZ, E. L.; LOPES, R. V. F.; MONTEIRO, N. I. A.; MOTA, V. R. S.; OEDA, L. Y. de S.; MIRANDA, M. H. S.; VASCONCELOS, F. **Análise epidemiológica de intoxicações por medicamentos, cosméticos e domissanitários no estado do Pará entre 2020 e 2024.** *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 24, n. 1, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv24n1-067>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SOUZA, B. V. de. **Gestão de riscos no processo de dispensação de medicamentos por profissionais de farmácia hospitalar: a fim de assegurar a administração correta e eficaz no paciente.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Farmácia) – Escola Técnica Estadual Professor Adhemar Batista Heméritas, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/37345>. Acesso em: 03 maio 2026.